



Projeto que limita troca de partidos tem urgência adiada

Requerimento para tramitação rápida da proposta não foi votado por falta de quórum. Liminar do STF também suspendeu análise do texto

O projeto impede a transferência do tempo de rádio e televisão e dos recursos do Fundo Partidário referentes ao deputado que trocar de legenda. A oposição classificou a proposta como casuísmo do governo. O debate foi acompanhado em Plenário pela ex-senadora Marina Silva, que tenta viabilizar partido para concorrer à Presidência. **12**



Pedro França / Agência Senado

Após discurso crítico à proposta, Simon (2º à dir.) recebe cumprimentos de senadores, incluindo Rollemberg (4º à dir.), que conseguiu suspensão da votação pelo STF

Conquistas recentes das domésticas não podem ser retiradas, afirma Renan 2

Professor de universidade pública deverá ter pós-graduação 8

Ministro Padilha diz que formação de médicos é maior desafio da saúde 10

Genaldo Magalhães / Agência Senado



ICMS único de 4% é aprovado em comissão, com exceções

Proposta de Delcídio do Amaral estabelece redução gradual até 2021, mas mantém alíquotas atuais para gás natural e áreas de livre comércio. **3**

Delcídio lê o relatório para senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, que votarão emendas terça-feira



José Cruz / Agência Senado

Valor máximo de financiamentos do BNDES é ampliado em R\$ 85 bi 4

Documento sobre aviação civil propõe plano de outorgas e investimentos 5

Relator de MP sugere fundo de investimentos do trabalhador 12

Relator, Humberto (C) afirma que projeto não interfere nas atribuições do MP

Delegados poderão ter mais autonomia em investigações 7

MP dos Portos é modificada e segue ao Plenário da Câmara 11



Arthur Moreira / Agência Senado

Relator da MP, Eduardo Braga acatou alguns dos 1.500 destaques

Renan defende direitos integrais das domésticas

Em nota, presidente do Senado afirma que Congresso não pode “dar com uma mão e retirar com a outra”. Na discussão da regulamentação das normas, sugeriu-se redução das conquistas trabalhistas

OS DIREITOS DOS empregados domésticos garantidos dia 2, com a promulgação da Emenda Constitucional 72/2013 pelo Congresso, foram defendidos em nota divulgada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. No texto, ele afirma que não se deve “dar com uma mão e retirar com a outra”. A regulamentação de parte dos direitos, que não entrou em vigor imediatamente, vem sendo discutida pelo governo e por comissão mista do Congresso encarregada de elaborar propostas de consolidação de leis e regulamentação de dispositivos constitucionais.

Na nota, Renan reafirma que as mudanças fecharam “a última senzala brasileira” e confirma o apoio à concessão integral de todos os direitos, exatamente como conferido aos demais trabalhadores. “Nada que vise suprimir ou mitigar os direitos já assegurados vai avançar no Parlamento”, diz o texto.

O presidente do Senado explica na nota que o Congresso deve facilitar a relação trabalhista e observar, na regulamentação, especificidades como empregados que almoçam e dormem no trabalho.



Moreira Maniz/Agência Senado

Para Renan, “nada que vise suprimir direitos já assegurados vai avançar”

Segundo Renan, não tem lógica demorar 125 anos após o fim da escravidão para fazer justiça e ver ensaios para minimizar direitos um mês após a promulgação. A emenda estabelece jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais, horas extras, salário nunca inferior ao mínimo e reconhecimento de convenções ou acordos coletivos.

A nota divulgada ontem lista sete itens que precisam de regulamentação, ressaltando que não poderá haver redução de direitos: seguro-desemprego, indenização em demissões sem justa causa, conta no FGTS, salário-família, adicional noturno, auxílio-creche e seguro contra acidente de trabalho. “Meio direito não é direito, nem certo”, diz Renan.

Continua impasse sobre relatoria da LDO

Ainda não foi resolvido o impasse para a escolha do relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O senador Lobão Filho (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista de Orçamento, disse que, caso não haja uma definição até a próxima semana, ele decidirá sozinho quem ocupará o cargo. PMDB e PR querem a vaga.

Lobão Filho confirmou que o deputado Danilo Forte (CE) seria o indicado pelo PMDB, enquanto Aelton Freitas (MG) seria o nome do PR. O presidente da CMO tem repetido que, pelo critério de proporcionalidade, a relatoria é do PT — e o partido fez um acordo para ceder a vaga ao PMDB.

Mas, conforme o deputado

Cláudio Puty (PT-PA), vice-líder do governo no Congresso, “alguns partidos, como o PR, não aceitam essa indicação”. Um dos argumentos para a rejeição ao PMDB é regimental: o partido não poderia acumular a presidência da CMO e a relatoria da LDO.

O cronograma inicial da CMO prevê que o relatório preliminar sobre a LDO deve ser apresentado até 9 de maio.

Também precisam ser anunciados os relatores setoriais para dez áreas temáticas. Lobão Filho disse que já existe um acordo sobre os nomes. A relatoria-geral do Orçamento deve ficar com o deputado Miguel Corrêa (PT-MG).

A CMO já anunciou os relatores das quatro medidas provisórias de abertura de créditos extraordinários que tramitam na comissão (veja quadro).

Créditos extraordinários

- ▶ MP 596/2012 em favor dos Ministérios do **Desenvolvimento Agrário** e da **Integração Nacional**, no valor de R\$ 573.330.080
» Relator: senador Ivo Cassol (PP-RO)
- ▶ MP 598/2012 em favor de diversos **órgãos** e **empresas estatais**
» Relator: deputado Afonso Florence (PT-BA)
- ▶ MP 604/2013 em favor dos Ministérios do **Desenvolvimento Agrário** e da **Integração Nacional**, no valor de R\$ 361.368.057
» Relator: senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
- ▶ MP 611/2013 em favor dos Ministérios das **Comunicações**, do **Desenvolvimento Agrário**, da **Defesa** e da **Integração Nacional**, no valor de R\$ 3.969.200.000
» Relator: deputada Gorete Pereira (PR-CE)

Sessão do Congresso é adiada para 7 de maio

A sessão do Congresso que estava marcada para ontem foi adiada para 7 de maio. O presidente do Senado, Renan Calheiros, chegou a abrir a

sessão — que seria destinada a comunicações da Presidência da Mesa do Congresso, leitura de vetos presidenciais e demais expedientes —, mas

ela foi encerrada por falta de quórum. Estão aguardando leitura 88 vetos presidenciais e o Congresso tem outros 3.172 vetos pendentes de apreciação.

Comissão avaliará Plano Nacional de Educação e políticas públicas

As políticas públicas — para áreas como educação, infraestrutura, saúde, programas sociais, inovação tecnológica, geração de energia elétrica e outras — serão avaliadas por uma comissão mista criada ontem pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

— O Congresso precisa aperfeiçoar a forma de trabalhar para ajudar cada vez mais a sociedade. Deputados e senadores devem avaliar a aplicação de políticas públicas em áreas estratégicas. Isso traz transparência à administração pública e torna mais eficiente o gasto governamental. É ter mais respeito com o cidadão, que paga os impostos — declarou Renan.

Segundo a Presidência do Senado, a iniciativa não vai se confundir com as atribuições do Tribunal de Contas da União. “O objetivo da Comissão Mista de Fiscalização e Acompanhamento de Políticas Públicas não é criticar, mas avaliar e sugerir melhorias nas propostas do

governo em diversas áreas, entre elas a educação”, explica o consultor legislativo Fernando Meneguim.

Entre os temas que serão tratados pelos senadores e deputados na primeira comissão mista, estão o piso nacional dos professores (criado pela Lei 11.738/2008, mas questionado judicialmente por alguns estados, que alegam não ter recursos para adotá-lo) e o Plano Nacional de Educação (PNE), já aprovado na Câmara. O PNE em discussão foi concebido para vigorar de 2011 a 2020. Porém, somente em dezembro de 2010 é que o Executivo apresentou o texto à Câmara. Aprovado pelos deputados na forma de substitutivo após longo processo de instrução que contou inicialmente com mais de 3 mil emendas, sugeridas em grande parte pela sociedade civil, o projeto (PLC 103/2012) chegou em setembro do ano passado ao Senado.

Outro tema que deve ser tratado por comissão nesses moldes é a modernização das Forças Armadas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **PLENÁRIO Fundo de apoio ao caju**
14h Na pauta da sessão plenária, entre outras matérias, substitutivo da Câmara a projeto que cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju.
- ▶ **PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.
- ▶ **CRA Crédito rural**
8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa projeto que modifica os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.
- ▶ **CDH Atendimento a idoso**
9h A comissão analisa projeto que garante atendimento domiciliar a idoso que precise de laudo de saúde, sem necessidade de comparecer aos órgãos públicos.
- ▶ **CRE Embaixadores**
9h30 A comissão analisa a indicação de Julio Glinernick para a embaixada na Tunísia e de Douglas Wanderley de Vasconcelos para a Federação de São Cristóvão e Névis, além de acordo com a Sérvia.
- ▶ **CCJ Salário de servidores**
10h A comissão reabre trabalhos para examinar projeto que torna obrigatória a divulgação, por órgãos e entidades públicas, da remuneração de servidores.
- ▶ **CONSOLIDAÇÃO Domésticos**
14h A Comissão Mista de Consolidação das Leis discute proposta a respeito dos novos direitos dos empregados domésticos.
- ▶ **COMBATE A INCÊNDIOS Debate**
14h A comissão que trata da prevenção e combate de incêndios promove audiência com autoridades do Rio Grande do Sul.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h30**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, **reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às **9h30**, da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às **14h**, a **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Comissão unifica em 4% o ICMS interestadual

Proposta para o fim da guerra fiscal garante aos estados uma compensação pelas eventuais perdas na arrecadação. Na terça-feira serão votadas as emendas apresentadas

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta de Delcídio do Amaral (PT-MS), relator, para a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Na prática, será unificada em 4% a alíquota interestadual de 94% das transações comerciais do país, pelos cálculos de Delcídio. Terça-feira serão votadas emendas dos senadores ao Projeto de Resolução (PRS) 1/2013, de autoria do Executivo.

De acordo com Delcídio, a mudança reduz a carga tributária do país e cria uma saída ordenada da guerra fiscal — que, disse ele, prejudica a economia e ameaça a Federação. Hoje estados do Sul e Sudeste têm alíquota interestadual de 7%, e os demais, de 12%. A unificação gradual prevê a redução de um ponto percentual por ano, começando em 2014.

O relator alterou o primeiro substitutivo para atender à cobrança de mais segurança na compensação aos estados pela redução das alíquotas.

Pelo novo texto, a reforma ficará condicionada à aprovação de duas leis complementares: a que trata da própria compensação financeira aos estados e a que convalida os incentivos fiscais considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Exceções

Ficam de fora da unificação de alíquotas produtos industrializados, beneficiados e agropecuários originados de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Espírito Santo, que terão alíquota de 7%.

Outra exceção contempla operações originadas da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim (RR), Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO), Macapá e Santana (AP) e Brasileia, Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia (AC), que terão alíquotas de 12%. A exigência, em todos os casos, é que sejam manufaturados conforme o Processo Produtivo Básico estabelecido pelo governo.

A terceira exceção é o gás



Relator do projeto, Delcídio explica alterações no substitutivo para o presidente da comissão, Lindbergh Farias

natural, nacional ou importado. Nas operações originadas das Regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Espírito Santo, a alíquota será de 7%. Nas demais situações, que abrangem o gás boliviano que passa por Mato Grosso do Sul, a alíquota será de 12%.

Compensação

A forma como será feita a compensação das perdas dos estados gerou polêmica em todas as reuniões da CAE.

A maioria dos senadores manifestou temor com o risco de se repetir o que aconteceu na década de 90, quando a Lei Kandir isentou de ICMS os produtos para exportação. Como nunca foi regulamentada, a compensação da União aos estados é hoje inferior a 10% dos valores devidos.

Para facilitar o entendimento, o governo enviou para o Congresso a Medida Provisória 599/2012, que estabelece dois fundos para minimizar os prejuízos — o de Compensação de Receitas (FCR) e o de Desenvolvimento Regional (FDR). Diversos senadores apontaram a “fragilidade” da sistemática de compensação, seja pelo meio utilizado — uma medida provisória —, seja pela competência delegada ao Ministério da Fazenda para fixar regras sobre as transferências.

Em busca da segurança jurídica, Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou um projeto (PLS 106/2013), cujo relatório foi lido ontem por Armando Monteiro (PTB-PE), que apontou um conflito entre a importância da reforma do ICMS e a fragilidade da sistemática proposta para a compensação de perdas. O relator sugere que as transferências da União aos estados se tornem obrigatórias.

Governo pretende convalidar isenções já concedidas pelos estados

Para agilizar a aprovação da unificação, o governo enviou à Câmara um projeto (PLP 238/2013) que viabiliza a convalidação dos incentivos fiscais considerados inconstitucionais pelo STF. A intenção é evitar que a derrubada dos benefícios aumente a insegurança jurídica sobre investimentos realizados.

Como a proposta não tem avançado na Câmara, Wellington Dias (PT-PI) apresentou no Senado projeto com teor idêntico (PLS 124/2013). Assim como o projeto original, o de Wellington reduz o quórum no Conselho de Administração Fazendária (Confaz): da unanimidade para três quintos das unidades federadas e um terço dos estados de cada uma das cinco regiões.

A proposta ainda apresenta solução para a rolagem de dívidas contraídas pelos estados na década de 1990: troca do IGP-DI pelo IPCA e redução dos juros reais de até 9% para 4%. Emenda de Ana Amélia (PP-RS) reduz ainda mais os juros, para 2%.

Redução gradual

O cronograma apresentado pelo relator estabelece diminuição de um ponto percentual a cada ano, chegando a 4% em 2021 para todos os estados do Brasil — com exceção para determinados produtos, serviços ou áreas de livre comércio

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
▪ Estados do Sul e Sudeste	7%	6%	5%	4%					
▪ Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	12%	11%	10%	9%	8%	7%	6%	5%	4%
▪ Produtos industrializados, beneficiados e agropecuários originados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Espírito Santo*	12%	11%	10%	9%	8%	7%			
▪ Operações interestaduais originadas da Zona Franca de Manaus (ZFM) e das áreas de livre comércio de Boa Vista e Bonfim (RR), Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO), Macapá e Santana (AP) e Brasileia, Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia (AC)*	12%								
▪ Gás natural, nacional ou importado, nas operações originadas das Regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Espírito Santo	7%								
▪ Gás natural, nacional ou importado, nas demais situações	12%								

* A exigência, tanto para os bens industrializados no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, quanto para os da Zona Franca de Manaus e das áreas de livre comércio, é que sejam manufaturados conforme o Processo Produtivo Básico estabelecido pelo governo federal.

Wilder aponta prejuízos para estados menos desenvolvidos



Wilder Moraes (DEM-GO) disse que a unificação do ICMS prejudica os estados menos desenvolvidos da Federação. Ele afirmou que votou contra o projeto na CAE porque defende a manutenção da alíquota atual. A unificação representa praticamente 70% da reforma tributária, que não pode

ser feita sem avaliar estragos para estados em desenvolvimento, disse. Na última década, assinalou, a única política eficaz para o desenvolvimento dos estados foi a dos incentivos fiscais.

— Não podemos tirar o único mecanismo que os governadores têm para atrair empresas. Isso é concentração do poder na União — disse Wilder.

Segundo Wilder, 2 milhões de trabalhadores devem perder os empregos em decorrência da medida.

— Eles retornariam à romaria ao Sudeste e Sul através de melhores condições de vida — alertou.

Suplicy diz que proposta ainda precisa de ajustes



O projeto de unificação do ICMS precisa de ajustes, na opinião de Eduardo Suplicy (PT-SP). Se isso não for feito, disse ele, há o risco de manter os efeitos da guerra fiscal.

O senador propôs que o tratamento diferenciado para empresas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste seja direcionado apenas às operações promovidas pelo estabelecimento do fabricante, com enquadramento no Processo Produtivo Básico definido pelo governo federal. Na ausência do governo, a proposta estende o tratamento às modalidades de transformação ou montagem.

— Prestigia-se o empreendimento que leva produção e emprego para o estado fora dos maiores centros de consumo, que ainda se concentram nas Regiões Sul e Sudeste — argumentou o senador.

Outra emenda apresentada por Suplicy procura garantir aos estados o ressarcimento de perdas.

Vanessa apoia manutenção da alíquota na Zona Franca



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) se mostrou favorável à diferenciação da Zona Franca de Manaus na unificação do ICMS. Ela advertiu que uma redução no imposto arrecadado decretaria o fim do modelo de desenvolvimento. Estima-se que o Amazonas poderia sofrer perdas superiores a 40%.

Como o projeto não muda a alíquota de ICMS interno, apenas o interestadual, a senadora reforça a necessidade de alíquota diferenciada para o Amazonas e apoia a manutenção em 12%. Assim, os estados de destino terão arrecadação menor na venda final da mercadoria produzida na Zona Franca. Para o consumidor final, o valor do imposto não se altera.

Em aparte, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) concordou que a alíquota da Zona Franca seja mantida em 12% e disse que considera legítima a competição fiscal entre os estados para atrair empresas.



Moreira Mariz/Agência Senado

Cassol (E), destaca investimentos em ferrovias e estradas. Contrário à aprovação, Randolfe (D) aponta uso de recursos em estradas privatizadas



Pedro Franco/Agência Senado

Senado aprova MP que amplia limite de financiamento do BNDES

Atual teto de financiamento já foi atingido, o que fez o governo propor o aumento para continuar estimulando a modernização da indústria

OS SENADORES APROVARAM na noite de ontem, em votação simbólica, o projeto de lei de conversão (PLV 5/2013) que amplia em R\$ 85 bilhões o limite de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), operado pelo BNDES. O projeto é proveniente da Medida Provisória (MP) 594/2012.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foi o único a votar contra a medida. Ele argumentou que a MP transfere recursos do FGTS para financiar empreendimentos já privatizados. A Câmara dos Deputados será comunicada da aprovação e o PLV segue para sanção presidencial.

Atualmente, o limite de financiamentos é de R\$ 227 bilhões para operações contratadas pelo BNDES, valor que subirá para R\$ 312 bilhões. Os recursos são destinados

à aquisição e produção de bens de capital; a operações contratadas pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), destinadas exclusivamente para a modalidade de inovação tecnológica; ao Programa Revitaliza, que beneficia 26 setores da economia; a municípios atingidos por desastres naturais; e a investimentos produtivos com recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE).

Na justificativa da MP a Presidência da República diz que o BNDES comprometeu, até o final de 2012, cerca de R\$ 181 bilhões em financiamentos. O teto de R\$ 227 bilhões foi atingido nos primeiros meses de 2013, o que incentivou o aumento do limite.

Na mensagem encaminhada ao Congresso, a Presidência da República afirma que as

medidas de incentivo ao investimento em bens de capital lançadas em 2009 (Plano Brasil Maior) ajudaram na retomada do crescimento econômico após a crise financeira iniciada em 2008. A continuidade das medidas, conforme a mensagem, “estimularia a competitividade da indústria por meio da modernização do parque industrial e dos incentivos à inovação tecnológica e à agregação de valor nas cadeias produtivas” e teria reflexos positivos na renda e no emprego.

Os financiamentos são para as áreas de aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados; capital de giro associado; produção de bens de consumo para exportação; energia elétrica e projetos de engenharia. Também

podem ser beneficiados a área de inovação tecnológica e os projetos destinados a instalar capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia.

Emendas

Foram apresentadas 24 emendas à MP durante a tramitação na comissão mista criada para sua análise e na Câmara. Foi incorporada ao texto emenda de Paulo Bauer (PSDB-SC) que inclui as empresas que trabalham com coleta e reciclagem de resíduos sólidos entre os beneficiários dos financiamentos subsidiados pelo BNDES. Outra emenda incorporada, da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), estabelece que no mínimo 40% dos recursos deverão ser repassados a micros, pequenas e médias empresas.

Senadores destacam investimentos em infraestrutura

O relator do PLV no Senado, Ivo Cassol (PP-RO), foi favorável à aprovação e destacou que o aumento dos recursos vai possibilitar mais investimentos em estradas e ferrovias e ajuda a municípios vítimas de desastres naturais.

José Agripino (DEM-RN), apesar de ressalvas a várias questões, apontou como positivos o socorro aos produtores

de etanol das regiões atendidas pela Sudene e Sudam, prejudicados pela seca, a simplificação tributária e o aumento do teto para a opção pela tributação com base no lucro presumido.

No mesmo sentido, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) declarou apoio à aprovação da matéria, apesar dos “contrabandos” incluídos pelo

governo na medida provisória.

Wellington Dias (PT-PI) e Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmaram que o PLV vai ampliar investimentos em todas as regiões do país. Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou que a matéria integra a política de atração de investimentos para o país capitaneada pelo governo federal e Gim (PTB-DF) disse que a aprovação iria

ajudar a melhorar a logística para transporte da produção agrícola, além de destinar R\$ 6 bilhões para a Finep.

Único voto contrário, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que a MP transfere recursos do BNDES para rodovias e ferrovias privatizadas e recursos do FGTS para financiar setores em processo de privatização, como aeroportos.

Souza elogia plano para isentar etanol

Sérgio Souza (PMDB-PR) elogiou o pacote do governo para estimular produtores de álcool combustível

(etanol). O senador é relator, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), do PLS 219/2010, que cria o marco regulatório dos biocombustíveis.

Os descontos foram anunciados esta semana pelo governo. A partir de maio, produtores deixarão de pagar PIS-Cofins e terão acesso a duas linhas de crédito com juros reduzidos: uma de R\$ 4 bilhões para financiar o plantio de cana-de-açúcar e outra de R\$ 2 bilhões para a estocagem do etanol. Além disso, a mistura do álcool na gasolina vai aumentar de 20% para 25% também a partir do próximo mês.

Para o senador, a economia no setor deve ser de R\$ 1,3 bilhão, com R\$ 970 milhões de renúncia e R\$ 334 milhões em subsídios e financiamentos.

Anibal cobra via na região amazônica

Anibal Diniz (PT-AC) pediu em Plenário a conclusão da pavimentação da BR-364, no trecho entre Rio Branco

e Cruzeiro do Sul (AC), e disse que o fim das obras do empreendimento constitui uma saga, devido às condições naturalmente hostis da Amazônia.

Sexta-feira, o senador percorreu a estrada, cuja construção começou na década de 60. O trecho entre Porto Velho e Rio Branco, concluído na década de 90, tem passado por reparos, disse Anibal. Segundo ele, o trecho que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul é a parte mais difícil de ser executada.

— Naquele trecho não há brita, não temos como conseguir cimento, a não ser importando de Manaus, de Minas Gerais, de outros pontos do Brasil. A brita vem da divisa com Rondônia e tem uma logística extremamente difícil — explicou.

Benefícios às usinas de etanol e a concessionárias de rodovias

Também consta do PLV a previsão de pagamento de subvenção do governo federal às usinas de etanol. O governo fica autorizado a conceder aos produtores, cooperativas ou sindicatos R\$ 0,40 por litro de etanol produzido e comercializado na safra 2011-2012.

A iniciativa permite ainda o acesso aos recursos do BNDES pelos projetos de infraestrutura logística de obras de rodovias e ferrovias concedidas pelo governo. A intenção é aumentar a atratividade das novas concessões que serão lançadas neste ano.

Banco pode ser autorizado a adquirir carteira de outra instituição

O PLV 5/2013 autoriza o BNDES a adquirir carteiras de operações de outras instituições financeiras que operem linhas de crédito nas mesmas condições estabelecidas pelo PSI. Também inclui entre as operações que podem ser subvencionadas aquelas decorrentes de arrendamento mercantil (leasing).

Outra proposta é a inclusão dos custos relacionados aos encargos dos fundos garantidores no valor do financiamento. A contratação da garantia, apesar de reduzir o risco de crédito das operações de financiamento de empresas menores, acaba gerando um ônus com o qual, muitas vezes, elas não têm como arcar antecipadamente.

Documento final de subcomissão foi acolhido ontem, em definitivo, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, à qual era vinculado o colegiado temporário, agora extinto

Comissão aprova relatório sobre aviação civil

UM NOVO PLANEJAMENTO para o setor de aviação civil, incluindo um plano plurianual de investimentos e um plano geral de outorgas de aeroportos para o setor privado, faz parte das recomendações do relatório final da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. O texto foi aprovado em definitivo ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O documento destaca os gargalos de infraestrutura na supervisão e no suporte ao setor. Indicado relator substituto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que todos os pontos são essenciais para que o país possa contar com uma aviação bem estruturada e competitiva, prestando bons serviços ao setor produtivo e à população.

— Toda corrente é tão forte quanto seu elo mais fraco. Se for atendida a questão dos aeródromos e o problema da qualificação da mão de obra e se fizermos a revisão da legislação em vigor, solucionaremos o nó da questão — observou.

Audiências

O documento já havia sido aprovado na reunião final da subcomissão, no início do mês. Na ocasião, houve audiência com o ministro da Secretaria da Aviação Civil, Moreira Franco.

— Temos agora que acompanhar, por meio da CI, a implementação das recomendações, para que todas sejam efetivamente executadas — disse Flexa.

Nas 19 audiências promovidas, foram ouvidos diferentes segmentos das áreas pública e privada e especialistas. A avaliação se ateu à legislação vigente, aos planos do governo para a área e ao funcionamento do Sistema de Aviação Civil e da Agência Nacional da Aviação



Fernando Collor preside reunião da CI que aprovou recomendações

Márcia Kallume/Agência Senado

Civil (Anac). Para os senadores, ao lado de um plano de investimentos de longo prazo, o setor necessita de um plano geral de concessões de aeroportos que possibilite agilizar a expansão e a modernização do setor. Segundo o documento, não há uma definição oficial sobre os aeroportos que devem ser concedidos e os critérios para isso.

A subcomissão concluiu que o Código Brasileiro de

Aeronáutica, editado há 26 anos, antes da Constituição de 1988, precisa ser atualizado. “A diretriz fundamental que passou a ser adotada é a do estímulo à concorrência entre as empresas aéreas, que operam em regime de livre mercado”, diz o relatório.

A transferência das funções de regulação para uma autarquia civil, a Anac, no lugar de um órgão sob controle militar,

foi apontada como positiva, por dar maior transparência, com ações pautadas por consultas e audiências públicas. Para a subcomissão, o setor passou a ser mais adequadamente visto como uma área de Estado, a serviço da integração, do crescimento econômico e do bem-estar da população. Para a Anac ser fortalecida, os senadores sugerem, por exemplo, a revisão do plano de cargos e salários e concurso público para os cargos vagos.

O relatório critica os planos de concessão de aeroportos que já operam e de autorização para a construção de novos pelo setor privado. Entre os problemas, foi apontada a falta de um marco regulatório estável e de uma política tarifária única para as concessões. Os senadores pediram a revisão da exigência de participação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), ao lado dos concessionários, nas empresas formadas para gerir os aeroportos.

Senadores se preocupam com altas tarifas

Os problemas da aviação civil não são apenas os de infraestrutura, destacou Valdir Raupp (PMDB-RO), que elogiou o relatório da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. O senador destacou os prejuízos de empresas áreas e recentes fusões como sinais preocupantes. Citou decisão da Gol de pagar aos pilotos bônus para estimular economia de combustíveis.

Lobão Filho (PMDB-MA) afirmou que a aviação geral enfrenta graves problemas, com exigências excessivas. Ele disse que as tarifas

subiram mais do que o dobro nos últimos três anos.

Walter Pinheiro (PT-BA) reconheceu que os investimentos privados são indispensáveis ao setor de aviação, já que as demandas não

podem ser supridas apenas com recursos do Orçamento da União.

Criada no ano passado, a subcomissão foi proposta pelo senador Vicentinho Alves (PR-TO).



Wilder Morais, Jayme Campos e o relator da subcomissão, Flexa Ribeiro

Lixões são ameaças à segurança

A articulação entre aeroportos e cidades foi outro ponto abordado. A avaliação é de que as exigências e restrições ao uso do solo e construções no entorno dos aeroportos não são devidamente cumpridas e fiscalizadas. Uma das recomendações é que, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente, sejam elaborados programas para retirada dos lixões dos arredores de aeroportos, devido ao risco para a navegação aérea causado pela atração de aves.

O documento recomenda também a interiorização do acesso à aviação. Os obstáculos seriam a má conservação ou a ausência de aeródromos nas médias e pequenas cidades. O relatório trata ainda da formação de recursos humanos e da regulação e fiscalização técnica, além de examinar a situação da aviação geral, que envolve as empresas de táxi-aéreo e as aeronaves privadas. É sugerida a criação de um órgão na Secretaria de Aviação Civil apenas para cuidar desse segmento.

Audiência avaliará pendência ambiental em obras

A Comissão de Infraestrutura (CI) deverá realizar audiência pública com o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Volney Zanardi, para discutir impedimentos ambientais na execução de obras de infraestrutura. A sugestão foi feita ontem pelo senador José Pimentel (PT-CE). O requerimento propondo o debate deverá ser votado pela comissão na próxima semana.

A iniciativa foi apresentada depois de relato do presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), sobre o cumprimento de compromissos assumidos por Jorge Fraxe, diretor-geral do Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes (Dnit) — em audiência pública realizada em 20 de março —, de atualizar semanalmente os integrantes da comissão quanto ao andamento das obras em rodovias.

Frente à existência de pendências ambientais que estariam, por exemplo, atrasando o asfaltamento da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, Pimentel sugeriu que dirigentes do Ibama fossem chamados a dar explicações.

— Se pudéssemos convidar o Ibama para vir a esta comissão para prestar esclarecimentos e montar cronograma de acompanhamento de obras, poderíamos ajudar muito o nosso país — afirmou Pimentel.

Ao apoiar a iniciativa, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que os atrasos na recuperação da BR 319 condenam a região ao isolamento. Collor também defendeu o debate com o Ibama, mas observou que apenas 18% das obras paralisadas no país enfrentam pendências ambientais.

— As outras todas estão paralisadas por questões do Ministério Público e, sobretudo, do Tribunal de Contas da União. De qualquer maneira, é muito importante que o presidente do Ibama venha conversar conosco sobre esses entraves que impedem que obras importantes possam ir adiante — disse Collor.

Collor sugere criação de subcomissão contra seca

Na reunião de ontem da CI, Collor propôs a criação de uma subcomissão que apresente sugestões para enfrentar a seca no Nordeste. O requerimento será votado na próxima semana.

Segundo Collor, a Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca terá cinco integrantes e deverá propor também ações para que o desenvolvimento econômico e o bem-estar da população não sejam dificultados por problemas climáticos. Atualmente, na opinião do senador, as políticas de combate à seca são só reativas e emergenciais.

— Não basta vir água se não há tubulação e energia elétrica para movimentar as bombas. A população ficar na dependência de caminhões-pipas é o maior retrato dos erros cometidos — disse.

Collor acrescentou que a falta de uma visão de longo prazo põe em risco os avanços sociais conquistados na última década com programas como o Bolsa Família. A comissão deverá apresentar soluções para o manejo de recursos hídricos e propostas que melhorem a infraestrutura de energia, transporte e armazenagem da produção agrícola.

Diretor da Sudeco enfatiza ação por investimentos em infraestrutura

Autarquia reativada em 2011 pretende ser articuladora dos recursos federais para potencializar o desenvolvimento do Centro-Oeste

AS METAS E planos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com ênfase na execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), foram tema de audiência pública ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O diretor de Implementação de Programas e de Gestão dos Fundos da autarquia, Cleber Ávila Ferreira, esclareceu aos senadores que o objetivo da Sudeco — extinta em 1990 e recriada em 2011 — não se limita a gerir os próprios recursos para garantir a competitividade do Centro-Oeste. A Sudeco acompanha a aplicação geral dos investimentos do governo na região — o que, para ele, gera grande expectativa quanto ao poder de atuação da superintendência, especialmente nos projetos destinados a suprir deficiências de infraestrutura.

— Sabemos que há um anseio muito grande de fortalecimento da Sudeco por sua característica de principal articuladora do governo federal na região, promovendo seu desenvolvimento — resumiu.

Ferreira falou da formação do quadro funcional da Sudeco, salientando que a autarquia trabalha com um efetivo ainda pequeno, mas



Valadares (D) preside audiência da CDR em que Ferreira explica a atuação da autarquia de desenvolvimento regional

que pode gerenciar “recordes sobre recordes” de aplicação do FCO no meio rural. Como ressaltou, foi a produção agropecuária do Centro-Oeste que garantiu o produto interno bruto (PIB) positivo do Brasil em 2012. Porém, na avaliação dele, o setor ainda precisa melhorar os investimentos.

Cleber Ferreira representou Marcelo Dourado, diretor-superintendente da Sudeco, que não pôde comparecer à audiência pública. O debatedor também ouviu perguntas e comentários de Ruben Figueiró (PSDB-MS), autor do requerimento de realização da audiência,

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e João Capiberibe (PSB-AP).

Adiamentos

Foi adiada para a próxima reunião da CDR a votação do projeto de lei que determina às prefeituras implantar as redes subterrâneas de serviço necessárias — como esgoto, distribuição de água e gás — antes de proceder à pavimentação das ruas, sob pena de serem impedidas de obter financiamento federal para calçar ou asfaltar as vias públicas.

O projeto (PLS 119/2011), de Acir Gurgacz (PDT-RO), foi relatado por Aloysio Nunes

Ferreira (PSDB-SP) e, se aprovado pela comissão, poderá ser encaminhado direto para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para análise do texto pelo Plenário do Senado.

Também está na pauta da CDR o projeto que reduz de 80% para 50% a participação mínima de vendas para o exterior na receita bruta das empresas instaladas em zona de processamento de exportação (ZPE). Se aprovado na CDR, o projeto (PLS 316/2012), de Romero Jucá (PMDB-RR), seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Jarbas pede avanços no setor elétrico



Para alcançar avanços no setor elétrico e na infraestrutura do país, o governo deve atuar com “mais planejamento, menos arrogância e menos improvisado”, disse

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Segundo o senador, o PT sempre lembrou o racionamento de energia de 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso, mas, após dez anos de poder, não aprendeu com os erros alheios.

— A soberba do governo em nada ajuda a corrigir os problemas em estradas, portos, aeroportos, ferrovias e geração de energia — afirmou.

Citando matéria da *Folha de S. Paulo*, Jarbas disse que Dilma Rousseff decidiu economizar a água das hidrelétricas, determinando o uso massivo das termelétricas, mais caras e mais poluentes. Sem hidrelétricas licenciadas e sem oferta de gás natural barato para térmicas, o governo será obrigado a aceitar o retorno das usinas a carvão, em leilão previsto para o próximo semestre.

Flexa propõe taxa especial na mineração



A cobrança de uma taxa especial na exploração mineral, semelhante ao tributo já existente para petróleo e gás natural, foi defendida ontem por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Autor do PLS 1/2011, sobre o assunto, ele observou que em 2009 o país arrecadou R\$ 16,3 bilhões em royalties do petróleo e apenas R\$ 0,7 bilhão na exploração mineral, onde não existe a participação especial. Naquele ano, disse, o valor da produção petrolífera foi apenas duas vezes maior que o da produção de minérios.

Flexa lamentou notícias do jornal *Valor Econômico* sobre uma proposta do governo para o marco regulatório da mineração. Segundo ele, o modelo de participação especial proposto privilegia a União em detrimento de estados e municípios.

— O governo quer cobrar mais das mineradoras, o que é justo, mas só ele ficar com os recursos gerados a partir da exploração mineral — criticou.

Bauer anuncia evento com Alemanha em SC



Paulo Bauer (PSDB-SC) informou que o Encontro Brasil-Alemanha de 2015 será realizado em Joinville (SC). O encontro reúne anualmente empresários e autoridades

dos dois países, em cidades alemãs e brasileiras, alternadamente.

O anúncio da realização do evento em Joinville será feito no dia 13 de maio, na abertura do 31º Encontro, em São Paulo, quando também será lançado o Ano Brasil-Alemanha, que inicia em 2013. A realização do encontro em Joinville foi pleiteada em 3 de abril pelos senadores Paulo Bauer e Luiz Henrique (PMDB-SC) ao embaixador da Alemanha no Brasil, Wilfried Grolig. O prefeito de Joinville, Udo Döhler, também participou da visita.

Paulo Bauer enfatizou que as relações comerciais, políticas e culturais entre Brasil e Alemanha “são muito acentuadas”. Ele informou que a Alemanha é o 6º maior parceiro comercial do Brasil e o 2º maior do estado de Santa Catarina.

Colóquio avalia compromissos da Rio+20 amanhã

O Colóquio Internacional sobre a Rio+20 e Biodiversidade vai avaliar amanhã o documento “O futuro que queremos”, que trata da nova ética ambiental. O objetivo é discutir as ações que o Brasil e outros países das Organização das Nações Unidas (ONU) já adotaram ou estão adotando para implementar os compromissos da Rio+20.

O evento é uma iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional (CRE), proposta por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), proposta por Blairo Maggi (PR-MT).

Especialistas do Brasil e do exterior estarão reunidos a partir das 9h no Plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a partir das 14h no Plenário do Senado. O encerramento será às 19h.

A sociedade poderá participar do debate por meio do Portal e-Cidadania, pelo Twitter, pelo Facebook ou pelo telefone 0800 612211. A audiência pública será transmitida pela TV Senado.

Ana Rita lembra biólogo morto no ES

Ana Rita homenageou na terça-feira o biólogo Paulo Vinha, morto há 20 anos no Espírito Santo. Ele documentava a retirada ilícita de areia em uma área de restinga e foi morto a tiros por causa da luta pela preservação da área.

— Todos nós, cidadãos e cidadãs capixabas, sabemos de sua importância, do quanto engrandeceu nossa luta por uma sociedade mais justa e do seu legado na defesa do meio ambiente.

A senadora também lembrou os dez anos da morte do juiz Alexandre Martins, em 2003, vítima do crime organizado. Ana Rita lamentou a impunidade dos responsáveis pelos dois assassinatos.

A parlamentar convidou a população a participar de um tributo do Partido dos Trabalhadores na cidade de Vila Velha (ES) para demonstrar que a luta de Paulo Vinha não foi em vão.

Projeto prevê que o afastamento de um delegado de uma investigação ou a transferência dele terão que ser fundamentados por escrito pelos superiores hierárquicos

Aprovada maior autonomia para delegados

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara dos Deputados que regulamenta as atribuições dos delegados nos inquéritos policiais (PLC 132/2012). O principal objetivo é garantir autonomia aos profissionais na apuração dos crimes.

Pelo texto, o delegado só poderá ser afastado da investigação se houver motivo de interesse público ou descumprimento de procedimentos previstos em regulamento da corporação que possam prejudicar a eficácia dos resultados investigativos. O ato com essa finalidade dependerá de despacho fundamentado por parte do superior hierárquico.

A exigência de ato fundamentado também é prevista para a eventual remoção, ou seja, a transferência do delegado para qualquer outro órgão diferente daquele em que se encontra lotado.

O delegado deverá conduzir a investigação criminal levando em conta apenas o “livre convencimento técnico-jurídico”, atuando com “isenção e imparcialidade”, como explicita o texto.

O PLC, que foi apresentado na Câmara pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), deixa ainda claro que o cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito. Além disso, estabelece que a categoria tem direito ao mesmo tratamento dado a magistrados, integrantes da Defensoria Pública e do Ministério Público.

O temor de que a proposição tiraria poderes do Ministério Público norteou as mais de três horas de debates até a



Senador Vital do Rêgo (D) preside reunião da CCJ em que foi aprovada regulamentação das atribuições de delegados de polícia na condução de inquéritos

aprovação do parecer do relator Humberto Costa (PT-PE). Ricardo Ferraço (PMDB-ES), por exemplo, tentou sem sucesso adiar a votação, alegando a necessidade de realização de audiências públicas para discutir melhor o assunto. Ele apresentou um voto em separado, questionando a constitucionalidade e a conveniência da iniciativa.

— Trata-se de matéria bastante delicada e polêmica e não tivemos a oportunidade de instruir o debate por meio de audiências para ouvirmos as partes interessadas — argumentou.

Na opinião do parlamentar capixaba, o PLC 132 limita o controle externo da polícia por parte do Ministério Público, tarefa prevista no artigo 129 da Constituição federal.

O senador questionou ainda a isonomia entre delegados, juízes e promotores, o que no futuro poderia permitir adoção de mesmo padrão de subsídio para as categorias.

Proposta será analisada pelo Plenário

Humberto Costa, relator da matéria na CCJ, rebateu as críticas, afirmando que a ampliação das garantias do delegado será benéfica não só à categoria profissional, mas à sociedade brasileira.

— O projeto trata exclusivamente de investigação policial. Tratamos das garantias e deveres do delegado dentro do inquérito. Em nenhum momento as atribuições do MP estão comprometidas pelo PLC 132. Tampouco haverá invasão da polícia nas atribuições do Ministério Público — ressaltou, por diversas vezes, durante a reunião.

O parlamentar esclareceu que, quando o texto fala em isonomia com magistrados e promotores, não está se referindo à igualdade salarial, portanto não haverá impacto financeiro para os estados e para a União.

Além disso, explicou ele, o projeto também não trata de inamovibilidade dos delegados, prerrogativa de juízes e promotores; apenas exige que uma eventual remoção seja feita de forma fundamentada.

Humberto rejeitou emenda que deixava expressa a preservação das atribuições constitucionais do Ministério Público, sugerida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Para ele, a emenda modificaria o texto, o que obrigaria o retorno do projeto à Câmara.

PEC 37

Alguns senadores chegaram a relacionar o PLC 132/2012 à polêmica Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, em tramitação na Câmara, que retira poderes de investigação de promotores e procuradores, o que levou Pedro Simon (PMDB-RS) a

criticar a pressa da CCJ em analisar o PLC.

— Até porque, se for aprovada a PEC 37, vamos ter que mudar essa lei. Delegados terão mais direitos e responsabilidades. Não vejo motivos para votar agora — ponderou.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) garantiu que o PLC 132 nada tem a ver com a PEC 37.

— A PEC está na Câmara e pode nem chegar ao Senado, porque lá será derrotada — afirmou Cássio.

O PLC 132 estava na pauta da CCJ em caráter terminativo e, por isso, poderia seguir diretamente à sanção presidencial. Os senadores insatisfeitos com o resultado da votação, entretanto, já afirmaram que entrarão com recurso previsto no Regimento Interno para que a proposição seja analisada pelo Plenário.

Ana Rita rejeita ideia de reduzir maioria penal



Ana Rita (PT-ES) manifestou-se contrária a qualquer proposta de redução da maioria penal. A parlamentar apresentou entrevista do vereador Ari Friedenbach, de São Paulo, — cuja filha de 16 anos foi assassinada por grupo que incluía um menor de idade — em que ainda assim afirma ser desfavorável à medida.

Ana Rita também citou o recente assassinato do jovem Victor Hugo Deppman, por um menor que faria 18 anos três dias depois do crime, reavivando o debate sobre redução da maioria penal. Ela lembrou que o fato de o adolescente não responder pelas próprias ações perante o sistema de responsabilização dos adultos não o faz irresponsável pelo ato praticado. Ela frisou que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê várias sanções, inclusive privação de liberdade por até três anos. Para ela, os projetos em tramitação no Congresso sobre a redução da maioria levam o país “em direção ao passado”.

Lídice propõe debate sobre punição de menor infrator



Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu ontem uma discussão aprofundada no Congresso sobre a redução da maioria penal. A senadora admitiu a necessidade de mudar as regras para punição dos menores infratores, mas lembrou que o Estado tem a obrigação de oferecer à criança e ao adolescente condições para levarem uma vida fora da criminalidade.

— Eu própria admito a possibilidade de discutirmos a medida proposta pelo governador [de São Paulo] Geraldo Alckmin, de mudança no tempo de internamento definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas é importante salientar que é, acima de tudo, o Estado brasileiro que deve à criança, ao adolescente, ao jovem as condições para que tenham oportunidade de outro tipo de vida — ponderou.

A senadora apresentou dados revelando que mais de 8.600 crianças e adolescentes foram assassinados no Brasil em 2010.

Couto quer explicação sobre bens declarados por Jader



Mário Couto (PSDB-PA) comunicou a apresentação de requerimento para que a Mesa do Senado preste esclarecimentos sobre a declaração de bens apresentada por Jader Barbalho (PMDB-PA) na ocasião da posse, em 2011. A dúvida do senador é sobre a declaração ou não de emissora de

TV supostamente comprada por Jader em 2001, a TV Tapajós. Notícias publicadas informam que a empresa Rádio e TV Tapajós Ltda. não aparece entre os bens declarados por Jader à Justiça Eleitoral em 2010, quando foi candidato ao Senado.

— Quero saber se o senador, quando jurou ser leal ao Senado e à Constituição, foi realmente leal — disse.

Couto voltou a cobrar a punição dos envolvidos no desvio de recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Ele lamentou que a lei seja rigorosa com quem rouba um pão para matar a fome, mas não para punir desvios na Sudam e envolvidos com o mensalão.

Professor universitário pode ter pós-graduação exigida

Comissão de Educação aprovou, em decisão terminativa, proposta de Aloysio Nunes restabelecendo a determinação prevista na Lei de Diretrizes e Bases, que havia sido modificada por lei de 2012

COM 14 VOTOS favoráveis e apenas 1 contrário, o projeto que estabelece a exigência de titulação em nível de pós-graduação para ingresso por concurso na carreira de magistério superior federal foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PLS 123/2013, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação em Plenário.

De acordo com a relatora, Ana Amélia (PP-RS), o projeto corrige equívoco contido no artigo 8º da Lei 12.772/2012, que impede as universidades federais de exigir, nos editais de concurso para professores, títulos de mestrado ou doutorado. Pela legislação em vigor, as universidades públicas podem exigir apenas a graduação.

Para a relatora, o projeto acerta ao modificar a lei e voltar a permitir a exigência de titulação de pós-graduação nos concursos para o magistério público federal. Conforme explicou, a mudança prevista



Ana Amélia relatou projeto que, segundo ela, corrige equívoco

no PLS 123/2013 restabelece exigência já contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB — Lei 9.394/1996).

— O projeto tem o mérito de buscar a qualificação cada vez maior para o ensino superior em nosso país — disse.

Ana Amélia informou ainda que a norma contida na Lei 12.772/2012 tem sido criticada

pelas instituições federais de ensino superior, considerada como retrocesso no processo de contratação de docentes das universidades públicas.

A relatora acatou duas emendas apresentadas pelo próprio Aloysio Nunes. A primeira suprime dos requisitos para ingresso no cargo de professor titular-livre do magistério superior a exigência de 20 anos de experiência ou de obtenção do título de doutor. A outra altera dispositivo que trata de retribuições pecuniárias e gratificações por docentes em regime de dedicação exclusiva.

Única a votar contra, Ana Rita (PT-ES) solicitou mais tempo para analisar o relatório, mas o pedido de vista foi negado, por ter sido apresentado após o presidente da CE, Cyro Miranda (PSBB-GO), ter colocado a matéria em votação. Ana Rita disse não ser contrária ao mérito da proposta e que pediu vista atendendo a solicitação do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que eventualmente poderia apresentar sugestões ao texto.

Vital lamenta descaso com universidade



Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Vital informou que a paralisação já dura mais

Vital do Rêgo (PMDB-PB) lamentou na terça-feira a indiferença do governo paraibano com o movimento grevista da

de 50 dias e atinge mais de 20 mil alunos.

— Constrange, aflige, angustia constatar que mais de 20 mil alunos padecem com a indiferença ao movimento grevista na UEPB. Servidores técnico-administrativos e docentes reclamam reajustes salariais — protestou.

De acordo com o senador, o reitor da universidade teria

informado que o orçamento enviado pelo governo do estado prevê redução de R\$ 68 milhões para a UEPB.

Vital se mostrou indignado com a redução, já que, segundo ele, notícia veiculada na imprensa revela que houve um aumento de 450% no orçamento destinado a publicidade do Poder Executivo.

Professores visitam Senado e pedem votação do PNE

Após receber trabalhadores em educação, ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que é importante avançar no calendário de votação do Plano Nacional da Educação (PNE). A aprovação do PNE, o pagamento do piso nacional do magistério estabelecido pela Lei 11.738/2008 (de R\$ 1.567) e a destinação de 100% dos royalties do pré-sal para a educação estão entre as principais reivindicações apresentadas por professores da rede pública a Renan e ao presidente da Câmara, Henrique Alves. Trabalhadores em educação estão em greve desde terça-feira por melhores condições de trabalho.

A categoria reivindica ainda a regulamentação da Convenção 151 da Organização

Internacional do Trabalho — que estende o direito de negociação coletiva a servidores públicos — e a destinação de 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação, uma das propostas contidas no PNE. O projeto que institui o plano (PLC 103/2012),

aprovado na Câmara, está na Comissão de Educação (CE).

Renan Calheiros e Henrique Alves se comprometeram a criar uma comissão mista especial para acompanhar o andamento dos projetos que têm como objetivo melhorar a educação do país.



Henrique Alves (C) e Renan Calheiros recebem representantes da categoria



Ivan Lins (E) e Fernanda Abreu participam de audiência com Renan, ontem

Renan Calheiros promete levar ao Plenário a PEC da Música

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que colocará a Proposta de Emenda à Constituição 123/2011, a chamada PEC da Música, na pauta do Plenário o mais rápido possível. Ele recebeu ontem artistas e produtores que destacaram os benefícios da proposta para os músicos.

Ivan Lins e Fernanda Abreu agradeceram o apoio. Segundo eles, a aprovação da PEC beneficiará principalmente os artistas independentes e o público.

— O que acontece é que as grandes multinacionais conseguem hoje isenção para artistas estrangeiros como Michael Jackson e Frank Sinatra, mas um músico brasileiro tem de pagar um tributo de até 30% do valor [do CD], o que é um absurdo — disse o cantor e compositor Ivan Lins, que

prevê uma redução de 15% no valor dos álbuns.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), além de incentivar a produção nacional, a PEC ajudará no combate à pirataria.

— O presidente assumiu o compromisso de colocar na pauta assim que ela for desobstruída. Desde a Lei Rouanet, a PEC da Música é a maior conquista de músicos e compositores — disse.

De autoria do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), a iniciativa livra de impostos CDs e DVDs produzidos no Brasil com obras ou interpretações de artista brasileiro. O benefício não alcança a reprodução industrial, que continuará a ser tributada.

Após passar pela Câmara, o texto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em maio de 2012 e aguarda votação em Plenário.

Comissão reconduz Manoel Rangel à presidência da Ancine

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem, por unanimidade, a recondução de Manoel



Rangel (foto) para o terceiro mandato como diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine). A indicação segue agora para o Plenário.

Relator na CE, Romero Jucá (PMDB-RR) se manifestou favoravelmente à recondução de Rangel Neto ao cargo. O senador disse que acompanhou os trabalhos da Agência Nacional do Cinema e a evolução do mercado audiovisual no Brasil nos últimos anos e disse que o diretor da Ancine “exerceu dois excelentes mandatos”.

Antes de votar, a comissão sabatinou o indicado. Rangel falou sobre os principais trabalhos realizados pela Ancine e sobre as mudanças no mercado audiovisual, destacando os efeitos da Lei 12.485/2011, que estabeleceu novas regras para os serviços de televisão por assinatura.

Cyro Miranda denuncia descaso do governo com esporte olímpico

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Cyro Miranda (PSDB-GO) comentou ontem repor-



tagem da TV Globo na qual o ginasta Arthur Zanetti, medalha de ouro nas Olimpíadas de Londres, considera a possibilidade de competir por outro país por falta de condições no Brasil. Para Cyro, a notícia é lamentável e vergonhosa.

— Zanetti está em completo abandono, mesmo depois de realizar uma façanha e bater atletas tidos como favoritos. Ele e seu treinador achavam que, depois do ouro olímpico, a realidade seria mudada. Mas o ginásio em que treina continua sem estrutura.

Segundo o senador, o Ministério do Esporte não cumpriu promessa de enviar recursos para manutenção do centro de treinamento, em São Caetano do Sul (SP). Cyro lembrou que Zanetti tem convites da Inglaterra, da Espanha e da Itália.

Associações pedem Dia das Doenças Raras

Isolamento social e dificuldade de diagnóstico são problemas comuns aos pacientes. Data pode ajudar a divulgar as enfermidades com baixa ocorrência, dizem debatedores

PORTADORA DE OSTEOPOROSE imperfeita, também conhecida como a doença dos ossos de vidro, a bióloga Katia Ogawa já teve aproximadamente 40 fraturas ao longo da vida — a primeira delas ainda dentro do útero materno. Ela foi uma das participantes da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Educação (CE) para discutir o projeto que institui o Dia Nacional das Doenças Raras e defendeu a aprovação da matéria. De autoria de Eduardo Suplicy (PT-SP), o PLS 159/2011 marca a data para o último dia de fevereiro.

Katia Ogawa, que representou a Associação Brasileira de Osteogenesis Imperfecta na reunião, disse aos senadores que as pessoas acometidas por doenças raras tendem a ficar isoladas e, por isso, precisam de apoio dos médicos e da sociedade.

O médico e professor Cláudio Santili, especialista na doença, também argumentou a favor da criação do Dia Nacional das Doenças Raras. Para ele, a data pode ajudar a conhecer e a divulgar esse tipo de enfermidade.

— Se tornarmos a doença rara como um assunto de conversa comum, os pacientes serão beneficiados — disse.

Segundo Santili, são conhecidas cerca de 8 mil doenças raras, que são aquelas que atingem, em média, apenas uma pessoa a cada grupo de 10



Rogério Barbosa explica obstáculos a informação e tratamento, em audiência presidida por Paim (3º à esq.) e com participação de Cláudio Santili e Katia Ogawa

mil. Na Europa, informou, há cerca de 29 milhões de pessoas com alguma dessas doenças, já no Brasil não existem estatísticas confiáveis. A grande quantidade de enfermidades e o número relativamente baixo de casos de cada uma faz com que o conhecimento sobre elas seja escasso — o que, para os debatedores, poderia mudar com a criação de uma data dedicada ao tema.

Presidente da Associação MariaVitoria, Rogério Lima Barbosa falou sobre as dificuldades da família na busca de um diagnóstico para a doença da filha. Depois que

se descobriu que se tratava de neurofibromatose, começou a busca por informação, atendimento e tratamento.

— Não sabia nem aonde levar minha filha — afirmou.

Barbosa disse aos senadores que a Associação MariaVitoria foi criada para que pacientes e familiares pudessem conhecer e compartilhar as próprias dificuldades e contou que chegou a organizar em Brasília um evento marcando o Dia Mundial das Doenças Raras, que contou com a participação de 300 pessoas.

Presente na reunião, o deputado Alexandre Roso (PSB-RS)

também defendeu a proposta.

— É importante termos um dia para refletir e trazer esse tema à tona. Se não tivermos um chamamento, esse assunto obscuro passa a ser de novo colocado em segundo plano.

Relatoria

O relator do projeto, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), apresentou, em 2011, voto pela rejeição. Na época, ele argumentou que não tinham sido cumpridos os procedimentos estabelecidos pela Lei 12.345/2010, que trata da criação de datas comemorativas. A lei determina que a

instituição de novas datas deve ser precedida por consultas e audiências públicas — que até então não haviam sido realizadas.

Autor do projeto, Eduardo Suplicy observou, ao final da audiência, que agora os procedimentos necessários poderiam ser considerados cumpridos, de modo que Mozarildo poderia mudar o voto. O senador Paulo Paim (PT-RS), que comandou a reunião, se comprometeu a tentar convencê-lo. O relator não pôde participar da audiência por estar presente em outra comissão.

Casildo quer mais recursos para Sistema Único de Saúde



Casildo critica investimento de apenas 4% do PIB em saúde

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou a presença do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem, quando apresentou relatos que revelam que o país ainda precisa suprir carências substanciais no setor.

O senador concorda que, apesar dos avanços, o Brasil está longe de garantir acesso pleno à saúde pelos cidadãos. Casildo observou que o SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, abrangendo do simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos. Os recursos destinados ao setor no Orçamento, no entanto, estão aquém das necessidades, na avaliação do senador.

Casildo criticou o fato de o Brasil aplicar menos do que 4% do PIB na saúde, lembrando que a Organização Mundial da Saúde recomenda 8%. Ele também ressaltou a necessidade de parceria entre os entes federativos para tratar da saúde.

— A luta pelo acesso à saúde está acima de qualquer interesse partidário ou eleitoral e a responsabilidade pelos avanços não está restrita à ação do governo federal. Que este Parlamento possa contribuir com essa causa — afirmou.

Ângela defende avaliação psíquica de crianças



Diagnóstico precoce aumenta chances de cura, diz Ângela

Ângela Portela comemorou a aprovação do projeto de sua autoria que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a aplicar instrumento de avaliação psíquica em todas as crianças nos primeiros 18 meses de vida. O PLS 451/2011 foi aprovado na semana passada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão ter-

minativa e, se não receber recurso para apreciação no Plenário do Senado, será enviado para a Câmara.

De acordo com o projeto, disse a senadora, os serviços públicos de saúde ficarão obrigados a aplicar o protocolo Indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil (Irdi) — ou outro instrumento similar — nas consultas pediátricas de rotina. Essa investigação deverá cobrir os primeiros meses de vida da criança e facilitar a identificação e tratamento precoces de eventuais distúrbios psíquicos.

— Isso significará um avanço no diagnóstico e no tratamento das doenças mentais. Sabe-se que quanto mais cedo for iniciado o tratamento, mais possibilidades de cura ele oferece — explicou.

Ângela ressaltou que o Irdi é resultante de uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde com 250 pesquisadores de várias especialidades.

Wellington elogia MP que amplia Brasil Carinhoso



Senador destaca emenda que prevê a qualificação de jovens

Wellington Dias (PT-PI) comemorou a aprovação da Medida Provisória 590/2012 na comissão mista criada para análise do texto. De acordo com a MP, que amplia o Programa Brasil Carinhoso, o benefício corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda mensal de cada integrante da família seja

maior que R\$ 70. As famílias contempladas deverão estar inscritas no Programa Bolsa Família.

O senador destacou a aprovação de emenda para garantir que maiores de 14 anos tenham acesso a programas de qualificação, que ele considera uma porta de saída dos programas.

— A partir daí, muitas pessoas estão saindo da dependência do Bolsa Família — comemorou.

Wellington também relatou participação, antontem, em encontro do governador do Piauí, Wilson Martins, com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, no qual foram agendadas visitas de representantes do governo federal ao Piauí. No dia 30, informou, os ministros Aguinaldo Ribeiro (Cidades) e Fernando Bezerra (Integração Nacional), além de Ideli, se reunirão em Teresina com representantes dos 224 municípios do estado.

Padilha: falta de médicos é “desafio crítico”

Ministro da Saúde apresentou ontem, na CAS, um balanço das atividades da pasta e uma exposição das diretrizes e programas prioritários do setor

O “DESAFIO MAIS crítico” para o enfrentamento dos problemas da saúde é a formação de profissionais. A opinião foi manifestada pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para apresentar balanço das atividades do ministério no biênio 2011-2012 e expor diretrizes e prioridades da pasta. A audiência foi pedida pelo próprio ministro.

Apesar de reconhecer que o financiamento e a gestão também influenciam a oferta de serviços de saúde de qualidade, o ministro ressaltou a necessidade de mais profissionais, especialmente médicos, que conheçam a realidade da população e atuem junto às comunidades. Ele observou haver distribuição inadequada desses profissionais pelo território nacional. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), informou o ministro, há em média apenas 1,8 médico para cada mil habitantes no Brasil. Na Argentina, comparou, são 3,2 médicos por mil habitantes, índice que chega a 3,7 no Uruguai, 4 na Espanha e 6,7 em Cuba.

Padilha observou a desigualdade de distribuição interna, com concentração



Ministro Alexandre Padilha, na Comissão de Assuntos Sociais, diz que os profissionais de saúde estão distribuídos de forma inadequada pelo território nacional

desses profissionais nos grandes centros e carência em regiões mais afastadas. Como exemplo, ele informou que em Brasília há uma média de 4 médicos por mil habitantes, enquanto no Maranhão o índice é de 0,6.

O ministro recomendou a discussão de políticas de intercâmbio para permitir a atuação de médicos estrangeiros em determinadas regiões. Ele informou que somente 1,8% dos médicos que atuam no Brasil são oriundos de outros países. Na Inglaterra, observou, 37% dos médicos são formados fora daquele país. Na Austrália o índice é de 22%, e no Canadá chega a 17%.

Como incentivo à melhor distribuição de profissionais e de alocação de recursos públicos, Padilha citou a implantação do Programa de

Valorização do Profissional de Atenção Básica (Provab), que estimula o médico a atuar em áreas mais pobres.

Jayme Campos (DEM-MT) observou que projeto de sua autoria (PLS 79/2013) cria o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde, com determinação de atuarem onde houver carência. A proposta está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Gestão

Padilha também ressaltou a criação, em 2011, do Índice de Desenvolvimento do SUS (IDSUS), um conjunto de indicadores em saúde que permite verificar a situação de cada município e, assim, pautar as decisões de investimento. Esse índice, explicou, permite a alocação de investimentos de forma mais eficiente. Os

problemas apontados pela população como merecedores de atenção prioritária, destacou o ministro, são atendimento humanizado, tempo de espera para atendimento e realização de exames e cirurgias. O IDSUS, observou ainda, serve para avaliar a gestão local.

O ministro informou que, até 30 de abril, os prefeitos podem apresentar propostas para reforma ou ampliação de centros de atendimento básico. São R\$ 1,6 bilhões em recursos disponíveis para essa finalidade. O monitoramento das obras, explicou, será feito de forma eletrônica.

Ele elogiou a criação de subcomissão temporária que busca soluções para o financiamento da saúde e pediu colaboração do Legislativo para aprovação de propostas que beneficiem o setor. Padilha

observou a necessidade de criação de um novo marco legal. Em sua avaliação, devem estar bem definidas em leis as metas, atribuições e responsabilidades de cada ente federativo. Ele lembrou que existem importantes propostas em trâmite no Senado, como a Lei de Responsabilidade Sanitária (PLS 174/2011), do senador Humberto Costa (PT-PE), ex-ministro da Saúde, que também propôs a criação da subcomissão temporária.

A previsão legal, na visão de Padilha, é imprescindível, uma vez que o país assumiu, com a Constituição de 1988, o atendimento à saúde de forma pública, universal e gratuita. O ministro destacou que o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes a constituir um sistema de saúde dessa natureza.

Planos de saúde têm monitoramento trimestral

Desde 2012, a atividade das operadoras de planos de saúde é monitorada em ciclos trimestrais, informou o ministro da Saúde. Segundo Alexandre Padilha, este ano 225 planos de saúde e 29 operadoras foram suspensas. Com o término do ciclo trimestral, 12 dessas operadoras conseguiram melhorar a prestação dos serviços. As outras 17 continuarão suspensas. O ministro informou ainda que o SUS é responsável por 97% do mercado de vacinas e 97% dos procedimentos de quimioterapia. Foram garantidas pelo sistema 3,5 milhões de próteses e órteses em 2012. Ele afirmou ainda que o país venceu o recorde mundial de transplantes públicos e gratuitos, com 24.400 operações feitas nos últimos três anos.

Controle da obesidade é meta de ministério

Alexandre Padilha assegurou que o país conseguiu cumprir, três anos antes da recomendação da Organização das Nações Unidas, as Metas do Milênio em 2011 quanto à malária, hanseníase e outras moléstias e quanto à redução da mortalidade infantil e materna.

Entre os novos desafios que se apresentam ao Ministério da Saúde, disse, está o controle da obesidade. Ele informou que o problema já atinge 50% da população em geral, 30% das crianças e 20% dos adolescentes. A obesidade, ressaltou, é crescente entre populações específicas, como os indígenas. Problemas relacionados ao crack e outras drogas e os acidentes de trânsito também estão entre os principais desafios do ministério.

Davim diz que recursos são insuficientes para área

Em resposta a Ana Amélia (PP-RS), Alexandre Padilha afirmou não ser candidato ao governo de São Paulo nas próximas eleições.

— Há muitos problemas para enfrentar na saúde do país e estou dedicado a isso. O único prazo em que estou pensando agora é como reduzir o tempo de espera em filas no SUS e para o registro de medicamentos — disse.

Paulo Davim (PV-RN) disse considerar a atuação do ministro da Saúde com os recursos atuais uma “obra de milagres”. O senador informou que o Brasil destina 3,7% do Produto Interno Bruto à área; segundo ele, a mesma média dos países da África. Davim classificou os recursos como insuficientes para o volume de atribuições do SUS.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

Agência Senado

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão aprova MP dos Portos com alterações

Relator concordou em acolher alguns dos 1.500 destaques apresentados, após mais de duas horas de discussão. Texto aprovado prevê que contrato de autorização possa durar até 50 anos, em vez de 25

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória 595/2012 (MP dos Portos) aprovou ontem a proposta do relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), com mais de dez alterações em relação à proposta apresentada por ele na semana passada. O projeto segue para análise de Plenário da Câmara.

Após mais de duas horas de discussão, Braga concordou em acolher alguns dos 1.500 destaques. Pelo menos outras três alterações foram feitas devido a destaques aprovados pela comissão. O governo, que apoiava o texto original do relator, foi derrotado em todas as votações.

Um dos destaques aprovados determina que contratos de concessão e arrendamento de terminais portuários firmados antes da Lei de Modernização dos Portos (Lei 8.630/1993) poderão ser prorrogados pelo mesmo prazo inicial. O relatório previa prorrogação em até cinco anos. Para contratos firmados durante a vigência da Lei dos Portos, foi mantido o texto anterior do relator, que permite a renovação antecipada desde que o empresário apresente em até 60 dias um plano de investimentos para ser aprovado pelo Executivo.

Nas novas licitações, um



Eduardo Braga acolhe destaques apresentados ao relatório, após duas horas de debate na comissão mista

destaque aprovado determina que contratos de autorização tenham prorrogação automática, mas possam durar até 50 anos. O texto do relator estabelecia que os terminais privados tivessem contratos de 25 anos, prorrogáveis indefinidamente.

— Havia um descompasso entre autorizações, que teriam prazo ilimitado, e contratos de concessão, que teriam prazos mais curtos. Esse destaque pretende equilibrar essa questão — explicou o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Contrário à mudança, Braga argumenta que isso significa um contrato de 50 anos.

— Obviamente, não há entendimento quanto ao mérito desse ponto — disse o senador.

Também foi aprovada a retirada da expressão “processo administrativo” da parte do texto que trata de sanções em caso de descumprimento de obrigações por concessionárias, arrendatárias, autorizadas e operadores portuários. Segundo Cunha, a medida tira do Executivo a prerrogativa de impedir, apenas por processo administrativo, que esses concessionários possam prorrogar os contratos ou obter novas concessões e autorizações.

— No projeto há acordo com o governo para não vetar em 90% dos casos, mas para o que foi aprovado por destaque para votação em separado na comissão não há compromisso de não vetar — disse Braga.

Falta de acordo leva destaques para o Plenário

Os integrantes da comissão mista não chegaram a um entendimento sobre dois pontos que também foram objeto de destaque. A decisão sobre eles ficou para o Plenário.

Um deles pretende retirar a competência exclusiva da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para efetuar os procedimentos licitatórios. O outro altera dispositivos do texto para, entre outras coisas, considerar o amarrador de navio como trabalhador portuário.

O texto de Eduardo Braga inclui as atividades de capacitação (movimentação de mercadorias) e bloco (limpeza e conservação de embarcações) no conjunto de atividades desenvolvidas pela categoria profissional de trabalhador portuário.

No texto original já eram considerados portuários os estivadores, conferentes de carga, consertadores de carga e vigilantes de embarcações.



Porto de Itajaí (SC): MP será analisada na Câmara e no Senado

Votação nas duas Casas deve ocorrer até 16 de maio

O projeto ainda passará pelos Plenários da Câmara e do Senado e precisa ser aprovado até 16 de maio, quando perderá a validade.

O relator alterou outros pontos da MP. Por exemplo, deixa de fazer menção à Lei 9.277/1996 a parte do texto que considera a possibilidade de o poder concedente determinar a transferência das competências de elaboração do edital e realização dos procedimentos licitatórios da Antaq para a administração do porto, delegado ou não.

Foi incluída exceção para empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias nos casos da vedação à concorrência em qualquer licitação de companhias com participação societária em empresas de navegação em percentuais superiores a 5%.

O texto também torna obrigatória a contratação de mão de obra dos órgãos gestores nos casos em que a embarcação utilizada na navegação interior estiver suprimindo a impossibilidade do navio de fazer o transporte da carga.

Humberto: medida ampliará competição no setor portuário

Humberto Costa (PT-PE) elogiou ontem o relatório da MP dos Portos (MP 595/2012) apresentado na semana passada pelo relator da matéria, Eduardo Braga (PMDB-AM).

Segundo Humberto, a medida modernizará o setor, induzirá a competição entre os portos e os terminais de uso privado e trará uma redução do custo Brasil.

O senador destacou que o relatório prevê a criação de uma superalfândega, onde os serviços públicos de fiscalização e controle de importação e exportação, prestados pela Anvisa e Receita Federal, serão



Pedro Franco/Agência Senado

feitos ininterruptamente, inclusive aos domingos e feriados.

— Alguns portos como os de Santos, Rio de Janeiro e Vitória já começaram a operar nesse regime em caráter experimental. No dia 3 de

maio será a vez dos portos de Suape, Paranaguá, Rio Grande, Itajaí e Fortaleza — explicou.

O senador destacou que a modificação dos critérios para licitação de novos terminais públicos e privados priorizará eficiência com menor tarifa. Humberto também comemorou mudanças no relatório que garantem a autonomia do Porto de Suape (PE).

Requião alerta presidente para consequências da privatização

Roberto Requião (PMDB-PR), em pronunciamento na terça-feira, alertou a presidente Dilma Rousseff para as consequências da política de privatização. Ele citou

o economista Milton Friedman, que dizia que “não há almoço grátis”, para lembrar à presidente que “não há privatização grátis”, mencionando baixo crescimento, tarifas e juros elevados, serviços deficientes e aumento das importações como efeitos dessa política.

Requião manifestou surpresa com membros do governo atual que teriam descoberto



Pedro Franco/Agência Senado

a “varinha mágica” das privatizações, visto que o PT sempre teria criticado essa política.

— O Estado tem uma capacidade de investimento muito maior que qualquer empresa privada. O

que seria o mundo sem o Estado depois da crise global de 2008? Que o digam a General Motors, os bancos, as construtoras e as incorporadoras.

Requião também manifestou apoio à ex-senadora Marina Silva em relação à luta dela pela criação do partido Rede Sustentabilidade. Ele disse que não há sentido em criar dificuldades para a formação de novas agremiações.

Benedito elogia CBTU por prêmio e Dilma por recuperar ferrovias

Benedito de Lira (PP-AL) parabenizou ontem a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) pelo recebimento de troféu da *Revista Ferroviária*. A empresa se destacou com base nos indicadores de produtividade nos anos de 2011 e 2012 como a “Melhor operadora de passageiros”.

Segundo Benedito de Lira, o prêmio foi entregue anteontem em solenidade na qual a presidente Dilma Rousseff foi agraciada como a “Melhor ferroviária do ano”, em razão dos elevados investimentos realizados pelo governo no setor nos últimos anos.



Moreira Moutz/Agência Senado

Para o senador, a prioridade dada pelo governo, a partir do primeiro mandato de Lula, foi fundamental para a recuperação do transporte ferroviário urbano de passageiros e, especialmente, da

CBTU. A empresa estava, segundo ele, na iminência de ser privatizada em 2002.

Benedito de Lira disse considerar esse o modal mais adequado para atender as populações de baixa renda nas grandes cidades, em razão do conforto aos passageiros e do baixo valor das tarifas.

Ele fez um apelo para que a presidente Dilma continue dando prioridade ao setor.

Pedro Franco/Agência Senado



Críticos à urgência, Requião (2º à esq.) e Simon (C) enxergam tentativa de inviabilizar partido da ex-senadora Marina Silva

Urgência para projeto de troca partidária é adiada

O tema dominou as discussões no Senado durante o dia e o debate em Plenário foi acalorado. Oposição classificou a proposta de “casuísmo”; governistas defenderam fim de “legendas de aluguel”

A VOTAÇÃO DO pedido de urgência ao Projeto de Lei da Câmara 14/2013, que impede a transferência a nova legenda do tempo de rádio e televisão e dos recursos do Fundo Partidário referentes ao deputado que trocar de partido, foi adiada por falta de quórum. Sem acordo sobre a urgência, não foi possível realizar votação simbólica e, sem número regimental (41 senadores) para sustentar a votação nominal, o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi obrigado a encerrar a sessão. O requerimento, que havia sido apresentado por Gim (PTB-DF), ficou prejudicado e, para votação da urgência, será preciso novo pedido, com assinaturas de líderes partidários correspondentes a dois terços do Senado.

Assim como ocorreu na votação na Câmara, parte dos senadores classificou a

apresentação do projeto como um “casuísmo” do governo, uma tentativa de reduzir o acesso de novos partidos ao tempo de propaganda eleitoral na rádio e na televisão. O alvo principal seria a Rede Sustentabilidade, legenda que está sendo criada pela ex-senadora Marina Silva, possível candidata à Presidência da República em 2014.

Os defensores da mudança argumentaram que a medida fortalece a fidelidade partidária, evitando a criação de partidos de aluguel, sem ideologia partidária nem intenção de crescer na política brasileira.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP) advertiu para o risco de não se analisar o texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já que a proposta teve a constitucionalidade questionada junto ao Supremo Tribunal Federal (veja matéria abaixo).

Ana Amélia (PP-RS) e Lídice da Mata (PSB-BA) ponderaram que, se a preocupação é com o fortalecimento dos partidos, o Congresso deveria discutir e votar a reforma política como um todo.

Em defesa do PLC 14/2013, o líder do PT, Wellington Dias (PI), argumentou que o projeto não proíbe a criação de novos partidos, apenas fortalece o respeito às legendas existentes.

O senador lembrou que a proposta foi apresentada em setembro do ano passado, no auge dos escândalos de negociações envolvendo a criação de novas legendas.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) foi menos duro com o projeto. A sugestão do parlamentar foi de que a proposta seja votada e aprovada no Senado, mas não tenha aplicação nas eleições de 2014, mas apenas no pleito seguinte.

Liminar do STF suspende votação da proposta

Pedro Franco/Agência Senado



Rollemberg afirma que a decisão do tribunal é uma vitória da democracia

A tramitação do projeto enfrenta mais um problema, além do adiamento da votação de urgência: liminar expedida ontem à noite pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes suspende a votação da proposta até que mandado de segurança impetrado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) seja examinado pelo Pleno do tribunal.

— O Supremo nos livrou do constrangimento de apreciar uma proposta inconstitucional — afirmou Rollemberg.

Segundo o senador, em decisão recente que envolvia o PSD, o STF foi “claro e cristalino” ao definir como inconstitucionais normas que firam a pluralidade partidária.

— Essa é uma vitória da democracia — disse o senador.

Simon: texto é “pacote de abril de Dilma”

Emocionado, Pedro Simon chamou o projeto de “pacote de abril da presidente Dilma”, em referência ao conjunto de leis outorgado em 1977 pelo então presidente Ernesto Geisel, que fechou temporariamente o Congresso Nacional.

A declaração gerou uma discussão com Jayme Campos (DEM-MT), favorável à

proposta, que foi acusado por Simon de ter feito parte da Arena, partido de sustentação do regime de exceção.

Após o discurso de Simon, Jayme Campos afirmou que, embora respeite todos os partidos, não fez parte da Arena e recebeu um pedido de desculpas do senador do PMDB.

Simon disse estar arrependido de ter votado em Dilma.

— A presidenta está começando a perder a credibilidade. Já está começando a se ver que ela é uma política vulgar.

Embora se declare favorável a um limite do número de partidos, o senador ressaltou que não concordava com a pressa para discutir o projeto.

Avança medida que submete decisões do STF ao Congresso

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem a admissão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2011, do deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), que dá ao Congresso o poder de referendar as súmulas vinculantes, as ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) e as ações declaratórias de constitucionalidade (ADCs) emitidas pelo

Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com a Agência Câmara, a PEC prevê que, se o Congresso rejeitar uma decisão do STF, a questão será submetida a consulta popular. A proposta, que ainda amplia de seis para nove o número mínimo de ministros do STF necessários para declarar a inconstitucionalidade de normas, segue para análise em comissão especial.

Aprovadas indicações da OAB ao Conselho do Ministério Público

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou duas indicações da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Walter de Agra Júnior e Esdras Dantas de Souza foram sabatinados ontem e agora terão os nomes avaliados pelo Plenário em regime de urgência.

Walter de Agra Júnior, conselheiro da OAB, lamentou a carência de promotores, principalmente no interior, onde ocorrem, segundo ele, audiências sem representante do Ministério Público (MP).

— Não é mais possível aceitar isso — disse o advogado, que também criticou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, que retira poderes de investigação do MP.

Já Esdras Dantas de Souza, ex-presidente da OAB do Distrito Federal, afirmou que pretende auxiliar na fiscalização do Ministério Público “sem transigir com a ética e com as normas jurídicas”.

O CNMP é um órgão de controle externo criado para acompanhar a atuação administrativa do Ministério Público e o cumprimento dos deveres dos membros.



Walter de Agra Júnior lamenta a carência de promotores no interior



Esdras Dantas de Souza pretende fiscalizar sem transigir com a ética

Relator de MP sugere fundo de investimento para o trabalhador

O relatório do deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA) sobre a medida provisória que amplia a oferta de crédito e investimentos em infraestrutura foi apresentado ontem. A matéria (MP 600/2012) deve ser votada na comissão especial no dia 7 de maio.

Entre as alterações propostas pelo relator, está a criação do Fundo de Investimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Fifat).

— Nós temos de estabelecer neste país que o FAT é realmente um patrimônio dos trabalhadores e não é para ficar cobrindo eventuais problemas de orçamento, de déficit, de superávit primário, etc — afirmou o deputado.

Em razão de um pedido de vista coletiva, a análise do

texto foi adiada. A MP aumenta de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 10 bilhões o montante de recursos destinados pela Caixa Econômica Federal para o financiamento de projetos de infraestrutura. A confirmação pelas duas Casas do Congresso deve ocorrer até 3 de junho.

Outra alteração feita por Vieira Lima, por sugestão de emenda do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), é a inclusão do Banco do Nordeste como beneficiário de subvenções econômicas para o atendimento a pessoas físicas ou jurídicas de municípios em situação de emergência ou calamidade atingidos por desastres naturais, como enchentes ou secas. O texto original da MP citava apenas o BNDES.